



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA **Gabinete do Presidente**

Bem-vindos ao Tribunal da Relação de Lisboa Mensagem do Presidente

O Tribunal da Relação de Lisboa é o mais antigo do nosso país, instalado neste edifício a seguir ao terramoto de 1755, que aqui sepultou a Opera do Tejo, uma das mais sumptuosas da Europa, como fez com muitas outras riquezas do país.

Porque “quem não tem passado não tem futuro”, sobre nós impende o dever de respeitar a memória do “antes” para o “depois”, mantendo esta instituição viva e interventiva na vida dos portugueses.

O Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa é eleito pelos seus pares, o que lhe confere condições de legitimidade e de legitimação que lhe permitem levar o tribunal aos cidadãos e manter o tribunal aberto aos mesmos cidadãos, falando e prestando contas por ele, assim cumprindo essa dupla exigência do seu mandato democrático.

Os tribunais portugueses são uma instituição com grande prestígio e base social de apoio, muito queridos dos portugueses, que os acarinhos e mantêm na memória, como o demonstram o orgulho e o zelo com que tratam o seu símbolo ancestral, o pelourinho, sem paralelo noutras instituições.

O pelourinho é o símbolo da autonomia de cada comunidade, do seu orgulho, da verdade das coisas, de todos os valores que se resumem na palavra justiça e só esta justifica a existência de tribunais, como o Tribunal da Relação de Lisboa.

Os/as Juízes/as Desembargadores/as do Tribunal da Relação de Lisboa têm consciência da responsabilidade que lhes advém desse prestígio, procurando corresponder-lhe no trabalho diário a favor da comunidade, constituída em primeira linha pela região de Lisboa e Regiões Autónomas, mas também pelo país na sua totalidade, uma vez que por eles passam as grandes controvérsias a nível nacional, tanto públicas como privadas.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA Gabinete do Presidente

Os/as Juízes/as Desembargadores/as do Tribunal da Relação de Lisboa trabalham em regime de exclusividade, não podendo desempenhar outras funções remuneradas, para as quais, aliás, lhes não resta tempo.

Trabalham com espírito de servir, orientando a sua ação diária em função da decisão dos conflitos que são submetidos à sua apreciação, procurando ter o trabalho em dia, sem atrasos, o que só é possível com muito esforço e sacrificio pessoal e familiar, recebendo como compensação a realização pessoal e profissional inerente ao cumprimento da sua missão.

Não têm privilégios pessoais, atingindo a reforma nas condições da generalidade dos cidadãos, em idade e tempo de descontos.

Desempenham uma função, muitas vezes, ingrata pela incompreensão pública de quem perde uma causa ou de quem, simplesmente, os outros maldiz, por ser difícil conciliar a multiplicidade de interesses presentes em cada processo.

Muitos são os interessados em cada processo e as opiniões que entram em nossa casa pertencem, não raramente, a cidadãos com interesse nas matérias sobre as quais opinam.

É difícil agradar a todos.

Como é do conhecimento público, para além dos conflitos a que já estávamos habituados nos tribunais, muitas são as matérias novas que nos têm chegado em levadas sucessivas, desde a insolvência dos que terão gasto mais do que deviam ou a quem a vida frustrou as expectativas, passando pelos vários problemas da família, pelos crimes do mundo da economia nacional e transfronteiriça e terminando no pesadelo interminável dos bancos, que não souberam administrar nem guardar o dinheiro dos portugueses.

Para fazerem frente a este crescimento desmesurado de processos, precisam os tribunais de leis simples e claras, compreensíveis por todos, cumpríveis pelo cidadão comum, mas são muitas vezes brindados com extensas leis/romances, só compreensíveis por quem as escreveu e que o cidadão comum tem dificuldade em cumprir.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA
Gabinete do Presidente

Apesar das dificuldades, queremos ser uma instituição de confiança e de segurança para os portugueses, de garantia dos seus direitos, contribuindo para uma sociedade mais justa.

Os portugueses devem ser exigentes com este e os outros tribunais, tanto na qualidade como na quantidade das suas decisões.

Pela nossa parte, queremos ser um fator de orgulho e desenvolvimento dos portugueses, com o acerto e a rapidez das nossas decisões.

Como instituição pública que somos, não deixaremos de apresentar contas públicas do nosso trabalho, o que faremos pelos meios próprios.

Como veículo da justiça que todos almejamos, apelamos a todos os portugueses para que nos tratem e considerem como algo que lhes pertence.

Como depositários e guardiões do edifício histórico em que nos encontramos, aqui declaramos o nosso propósito de manter as portas abertas para que os portugueses entrem e nele se sintam bem.

Pela nossa parte, tenham a certeza de que serão

BEM-VINDOS!

Lisboa, 15 de março de 2017.

Orlando Santos Nascimento